

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

CAMILA ALMEIDA BARROS

COMPATIBILIZAÇÃO DO PERFIL DO INVESTIDOR PESSOA FÍSICA EM  
RELAÇÃO ÀS OPÇÕES DE INVESTIMENTOS OFERECIDOS PELAS  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS

CURITIBA  
2013

CAMILA ALMEIDA BARROS

COMPATIBILIZAÇÃO DO PERFIL DO INVESTIDOR PESSOA FÍSICA EM  
RELAÇÃO ÀS OPÇÕES DE INVESTIMENTOS OFERECIDOS PELAS  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria.

Orientador: prof: Ms. Luiz Rogério Farias

CURITIBA  
2013

CAMILA ALMEIDA BARROS

COMPATIBILIZAÇÃO DO PERFIL DO INVESTIDOR PESSOA FÍSICA EM  
RELAÇÃO ÀS OPÇÕES DE INVESTIMENTOS OFERECIDOS PELAS  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de especialista em  
Controladoria na Universidade Federal do Paraná, Área de Ciências Contábeis.

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Prof. Ms. Luiz Rogério Farias – Orientador  
Mestre em Economia Aplicada – UFPR

Prof. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

A Deus, aos meus pais, Maria de Fátima e Nelson e a todos aqueles que contribuíram para realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Consigno a minha gratidão a Deus, acima de tudo, por ter me dado saúde e sabedoria para vencer os obstáculos que encontrei até aqui e por permitir que eu esteja concluindo mais uma importante etapa da minha vida.

Aos meus pais: Maria de Fátima e Nelson, pelo apoio e palavras de incentivo.

As minhas irmãs Luana e Mônica, pelo carinho e incentivo nos momentos em que mais precisei.

Ao meu sobrinho Felipe, pelo amor e momentos de alegria.

Ao meu namorado Leandro, pela compreensão nos momentos de ausência, por partilhar os momentos de felicidade e angústia durante esta trajetória, cujas contribuições foram fundamentais.

Ao meu orientador, professor Mestre Luiz Rogério Farias, manifesto sincera gratidão pela paciência, humildade e sabedoria que dedicou a mim durante a realização deste trabalho, que Deus derrame as mais ricas bênçãos sobre ele.

Ao professor Luciano Ribeiro, pela disponibilização de material e conhecimentos.

Agradeço também a todos os professores e funcionários do Departamento de Contabilidade que durante todos esses sábados de aulas contribuíram, cada um de sua forma, trazendo-me conhecimento necessário a minha formação e desenvolvimento pessoal.

Aos meus colegas de curso, que estiveram comigo durante esta caminhada proporcionando momentos de alegria e companheirismo, a todos o meu muito obrigado.

Enfim, agradeço a Universidade Federal do Paraná e a todos que dir indiretamente contribuíram para esta realização.

“Porque a sabedoria virá ao seu coração, e  
você terá gosto pelo conhecimento”.

Provérbio 2:10

## **RESUMO**

Este trabalho teve por objetivo analisar o perfil do investidor pessoa física com renda média (R\$5 mil a R\$10 mil) em relação às opções de investimentos oferecidos pelas instituições financeiras nacionais e os fatores que influenciam na escolha de seus investimentos, através de pesquisa descritiva com profissional da área que atua em Curitiba-PR, por meio de processo estatístico de amostragem aleatória simples. Com uma economia em desenvolvimento e com perspectiva de crescimento no mercado de capitais, diante de um cenário favorável com inflação baixa e risco menor, o Brasil tende a ser um país extremamente adepto ao surgimento de novos investidores e a fidelização dos que já estão investindo. Verificou-se que estes investidores procuram fazer aplicações de acordo com suas convicções e suas necessidades, demonstrando que seus investimentos são feitos de acordo com um determinado perfil. Constatou-se que os objetivos dos investidores mudam com o passar os anos, investidores mais jovens preferem investimentos em renda variável, com maiores rentabilidades e por consequência maiores riscos, já que numa possível perda tem muitos anos para recuperar. Já investidores com mais de 41 anos preferem investimentos em renda fixa, com rendimentos menores, mas que mantenham a estabilidade financeira; possuem investimentos com maiores rendimentos, mas com mais cautela. Verificou-se que dos investidores analisados 40% tem entre 41 e 50 anos. Em relação ao estado civil, 75% são casados ou em união estável. Em relação a escolaridade 33% tem superior completo. A renda da maior parte (33%) dos investidores fica entre R\$ 7.001,00/ mês a R\$8.000/ mês e 42% possui patrimônio acima de R\$200.000.

Palavras-chave: Investimentos, Investidores, Perfil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sistema Financeiro Nacional.....	16
Figura 2	Subsistema de Intermediação.....	17
Figura 3	Alíquota de Imposto de Renda Regressiva de CP.....	22
Figura 4	Alíquota de Imposto de Renda Regressiva para CDB.....	24
Figura 5	Alíquota de Imposto de Renda Regressiva em Fundos de Ações.....	25
Figura 6	Comparativo de Planos Previdenciários.....	27
Figura 7	Gráfico da Faixa Etária dos Investidores.....	37
Figura 8	Gráfico do Estado Civil dos Investidores.....	38
Figura 9	Gráfico do Grau de Escolaridade dos Investidores.....	38
Figura 10	Gráfico do patrimônio dos investidores.....	39
Figura 11	Gráfico da renda dos investidores.....	39
Figura 12	Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores com até 30 anos.....	40
Figura 13	Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de 31 a 40 anos.....	41
Figura 14	Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de 41 a 50 anos.....	41
Figura 15	Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de 41 a 50 anos.....	42
Figura 16	Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de acima 60 anos.....	42
Figura 17	Gráfico Recursos Disponíveis para Aplicação.....	43
Figura 18	Gráfico Conhecimento sobre o Investimento Escolhido.....	43
Figura 19	Gráfico Tipo de Risco Apresentado pelo Investimento.....	44
Figura 20	Gráfico Tempo Necessário para Resgate.....	44
Figura 21	Gráfico Rendimento Oferecido pela Aplicação.....	45



Figura 22	Gráfico Tipos de Investimentos - até 30 anos.....	46
Figura 23	Gráfico Tipos de Investimentos - de 31 a 40 anos.....	46
Figura 24	Gráfico Tipos de Investimentos - de 41 a 50 anos.....	47
Figura 25	Gráfico Tipos de Investimentos - de 51 a 60 anos.....	47
Figura 26	Gráfico Tipos de Investimentos - acima de 60 anos.....	48
Figura 27	Grau de Conhecimento dos Investidores.....	49
Figura 28	Gráfico Objetivos Financeiros –até 30 anos.....	49
Figura 29	Gráfico Objetivos Financeiros –de 31 a 40 anos.....	50
Figura 30	Gráfico Objetivos Financeiros – de 41 a 50 anos.....	50
Figura 31	Gráfico Objetivos Financeiros – de 51 a 60 anos.....	51
Figura 32	Gráfico Objetivos Financeiros – acima de 60 anos.....	51

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	PROBLEMA.....	12
1.2	JUSTIFICATIVA.....	12
1.3	OBJETIVOS.....	13
1.3.1	Objetivo Geral.....	13
1.3.2	Objetivo Específico.....	13
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
2.1	MERCADO FINANCEIRO.....	15
2.1.1	Conselho Monetário Nacional CMN.....	17
2.1.2	Banco Central do Brasil BACEN.....	18
2.1.3	Comissão de Valores Mobiliários CVM.....	18
2.1.4	Associação Nacional dos Bancos de Investimentos ANBID.....	19
2.1.5	Principais Intermediários Financeiros.....	19
2.1.5.1	Banco Múltiplo.....	19
2.1.5.2	Banco Comercial.....	19
2.1.5.3	Banco de Investimento.....	19
2.1.6	Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros.....	20
2.2	INVESTIMENTO.....	21
2.2.1	Tipos de investimentos no Brasil.....	22
2.2.2	Tipos de Investidores.....	28
2.3	RISCOS VINCULADOS AO MERCADO.....	29
2.4	RENTABILIDADE.....	29
2.5	CONCEITOS BÁSICOS DE ECONOMIA.....	30
2.5.1	Produto Interno Bruto.....	31
2.5.2	Índices de Inflação.....	31
2.5.2.1	Política Monetária e COPOM.....	32
2.5.2.2	Sistema de Metas de Inflação.....	32
2.5.3	Conceitos de Finanças.....	33
<b>3</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>35</b>

<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>37</b>
4.1	RELAÇÃO ENTRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DOS INVESTIDORES E SUA FAIXA ETÁRIA	40
4.2	RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS DE INVESTIMENTOS E A IDADE DOS INVESTIDORES	45
4.3	GRAU DE CONHECIMENTO DOS INVESTIDORES SOBRE OS INVESTIMENTOS	48
4.4	RELAÇÃO ENTRE A FAIXA ETÁRIA DO INVESTIDOR E OS OBJETIVOS FINANCEIROS NA VIDA PESSOAL	49
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>52</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mercado identifica que investidores buscam as melhores alternativas para aplicação de seus recursos disponíveis. Ter um propósito de investimento é um importante passo para ter sucesso nas aplicações financeiras, pois ajuda a manter o foco nos objetivos traçados e a conservar uma carteira diversificada (BRUNI, 2005).

Geralmente o primeiro contato das pessoas com produtos financeiros é com a poupança. Uma pequena parcela dos investidores em poupança destina parte de seus recursos para produtos de renda fixa e com o tempo para investimentos de renda variável (PUGA, 2009).

Por causa aos longos anos de convivência com a inflação no Brasil, não se desenvolveu uma cultura de investidores de longo prazo, o que é imprescindível para que o mercado acionário evolua. Apenas após a estabilização da moeda, com a criação do Plano Real em meados de 1994 foram criadas condições necessárias para investimentos de longo prazo (PUGA, 2009).

As instituições financeiras através da mídia e seus vários canais de comunicação tentam apresentar todas as opções em termos de aplicações para satisfazer da melhor forma possível os investidores (BACEN, 2011).

O profissional que vende produtos de investimento deve procurar seguir um processo de avaliação do cliente visando adequar melhor os objetivos e as necessidades dos clientes aos produtos. A definição do perfil do investidor é fator relevante para o direcionamento dos respectivos investimentos. Devem ser analisados quais são as restrições, principalmente em relação a três aspectos: idade, conhecimento do produto e aversão a risco. As instituições além de atender os objetivos do cliente devem ser transparentes quanto à divulgação de informações sobre os produtos de investimento (BRUNI, 2005).

A diversificação das aplicações é fator importante, pois reduz riscos, diluindo os efeitos em decorrência do comportamento específico de cada modalidade de investimento. A composição da carteira de fundos de investimento deve ser avaliada em razão da participação de diferentes empresas, com as correspondentes ações oscilando por razões diferentes. Por exemplo, fatores que afetam o preço das ações da Petrobras não necessariamente afetam os preços das ações da Vale do Rio Doce (SILVA; PEREIRA, 2005).

Sendo assim, quando se escolhe ações de empresas de diferentes setores, o risco de mercado está sendo diversificado. Entretanto, a diversificação possui limites, pois o risco poderá estar vinculado a fatores sistêmicos e/ou conjunturais.

A medida quantitativa de risco é normalmente, a volatilidade, e a medida do retorno, o ganho acima de um benchmark, ambos expressos em percentual (PINHEIRO, 2002).

A relação risco retorno apura se a rentabilidade alcançada compensou o risco do investidor e ficou dentro das expectativas iniciais. Normalmente o investimento de maior o risco apresenta retorno em percentual superior, em relação a investimento de menor risco (BRUNI, 2005).

A escolha dos investidores em termos de risco/retorno dependerá da segurança e rentabilidade esperada em cada tipo de investimento.

## 1.1 PROBLEMA

Os diversos tipos de investimentos ofertados pelo mercado financeiro para pessoa física permitem ao investidor escolher entre aplicações de renda fixa ou variável, que atendam as suas expectativas de rendimentos, tolerância a risco e disponibilidade financeira.

Qual o tipo de investimento no mercado financeiro em que os investidores de renda média preferem investir?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O investidor deve buscar sempre o melhor equilíbrio para um investimento entre os principais atributos básicos: rentabilidade, liquidez e risco. Porém, não existe investimento que, simultaneamente, combine estes três atributos (BRUNI, 2005).

Rentabilidade, liquidez e risco deverão ser acomodados, dentro de um cenário econômico, em um determinado horizonte de tempo ligado a um objetivo de investimento, que deve ser definido pelo investidor (PINHEIRO, 2002).

Antes de conhecer uma alternativa de investimento é necessário conhecer o perfil de risco do investidor e, também o perfil de risco do objetivo do Investimento. Visando sempre verificar quais são os objetivos específicos do investimento antes de adquirir qualquer produto (BRUNI, 2005).

Investidores arrojados, por exemplo, poderá ter um determinado objetivo de investimento conservador, acumulação de capital para educação dos filhos, por exemplo (GUIA DE FUNDOS, 2007).

E investidores conservadores, poderão destinar um percentual dos seus recursos para aplicações de maior risco, com delimitação de eventuais perdas.

Esses fatores demonstra que o investimento deve ser realizado com base em finalidades distintas (GUIA DE FUNDOS, 2007).

Devido a falta de informação dos investidores sobre todos os produtos de investimentos disponíveis no mercado, as instituições financeiras passaram a capacitar profissionais para prestar consultoria financeira, esclarecer dúvidas dos clientes, sempre buscando os produtos mais indicados para cada tipo investidor, de acordo com diversos fatores, como aversão a risco, prazo de investimento, idade, estado civil, filhos, entre outros (BACEN, 2011).

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

Analisar os possíveis investimentos no mercado financeiro para investidores de renda média entre R\$ 5 mil/ mês e R\$ 10 mil/ mês.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- Demonstrar as opções de investimentos existentes no mercado para um perfil de investidor de renda média (R\$5 mil a R\$10 mil).
- Analisar a preferência do investidor considerando as características dos tipos de investimentos existentes no mercado.

- Avaliar a opção de risco do investidor.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro é composto por instituições que propiciam a regulamentação e fiscalização dos ofertantes finais ao repasse de recursos entre investidores (ASSAF NETO, 2001).

Segundo Assaf Neto (2001) o Sistema Financeiro Nacional é um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros, que tem como principal objetivo transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários.

Vale lembrar que o Sistema Financeiro Nacional passou a ser estruturado pela lei de reforma bancária de 1964 e a lei do mercado de capitais em 1965 e por último pela criação dos bancos múltiplos em 1988. Deve ser registrado que é composto por instituições financeiras, públicas ou privadas no Brasil (ASSAF NETO, 2001).

No que diz respeito às instituições financeiras sua classificação se divide em dois tipos: bancárias ou monetárias e não bancárias ou não monetárias. As instituições financeiras bancárias permitem a criação de moeda, através dos depósitos a vista, além de operarem com ativos financeiros monetários que são os meios de pagamento da economia, em resumo essas instituições são os bancos comerciais e múltiplos (MELLAGI FILHO, 2000).

As instituições financeiras não bancárias tem como principal características não receber depósitos a vista, portanto, não são criadores de moeda. Essas instituições operam com ativos não monetários: ações, letras de câmbio, certificado de depósitos bancários, debêntures, entre outros. Assim, essas instituições são todas aquelas que funcionam no mercado financeiro com exceção dos bancos comerciais e múltiplos. Os exemplos dessas instituições são: sociedades corretoras, bancos de investimento, sociedades financeiras, sociedade de arrendamento mercantil (MELLAGI FILHO, 2000).

O Sistema Financeiro Nacional é subdividido em normativo e intermediação financeira demonstrado no diagrama abaixo:



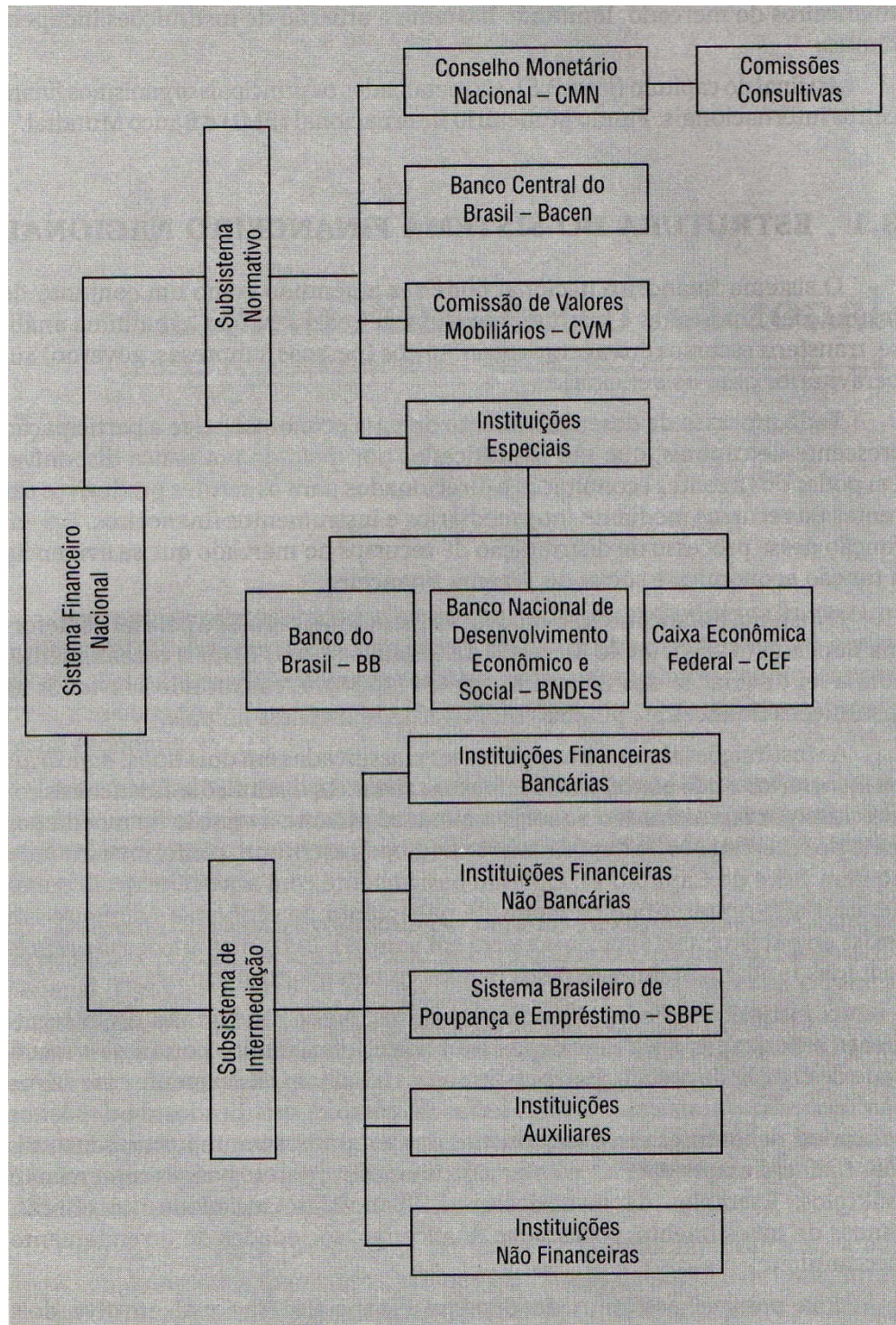


Figura 1 – Sistema Financeiro Nacional  
Fonte: Assaf Neto (2001, p. 68).



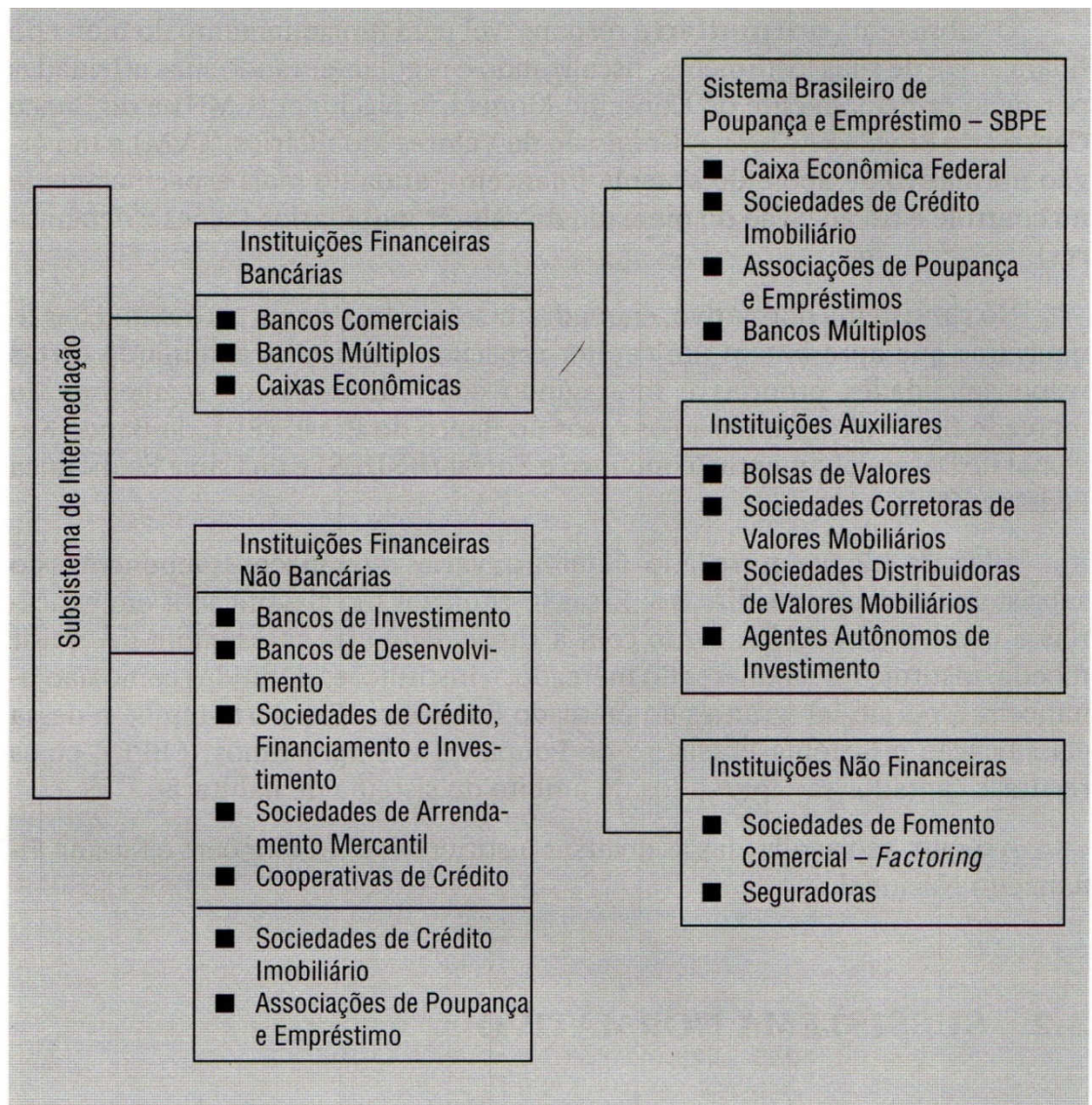


Figura 2 – Subsistema de Intermediação  
 Fonte: Assaf Neto (2001, p.69).

### 2.1.1 Conselho Monetário Nacional – CMN

Segundo Bruni (2005), o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional é instituído como órgão colegiado integrante do Ministério da Fazenda. Ao CMN compete:

- Estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia. Por exemplo, é competência do CMN definir metas de inflação no País e disciplinar todos os tipos de crédito.
- Regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras.

- Estabelecer medidas de prevenção ou correção de desequilíbrios econômicos.

### 2.1.2 Banco Central do Brasil – BACEN

De acordo com Bruni (2005), o BACEN é uma autarquia federal, também subordinada ao Ministério da Fazenda, Desempenha uma função executiva, sendo suas principais atribuições:

- Autorizar o funcionamento e fiscalizar as instituições financeiras
- Emitir moeda
- Controlar crédito e capitais estrangeiros
- Executar a Política Monetária e Cambial

### 2.1.3 Comissão de Valores Mobiliários – CVM

A CVM é encarregada de disciplinar a emissão, distribuição e negociação dos valores mobiliários, bem como a organização, o funcionamento e as operações das bolsas de valores. Vinculada ao Ministério da Fazenda. Suas principais atribuições:

- Promover medidas incentivadoras à formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários.
- Estimular o funcionamento das bolsas de valores e das instituições operadoras.
- Proteger os interesses dos investidores de mercado.
- Regular e fiscalizar qualquer tipo de Fundo de Investimento.

Valores mobiliários são títulos emitidos pelas empresas para captar, junto ao público, recursos destinados ao financiamento de suas atividades. Exemplos de valores mobiliários: Ações, Debêntures, Notas Promissórias, Swaps, Cotas de fundos de investimento (BRUNI, 2005).

#### 2.1.4 Associação Nacional de Bancos de Investimentos – ANBID

A ANBID é uma entidade de representação do segmento das instituições financeiras que operam no mercado de capitais. Dentre outras, as principais atribuições da ANBID são:

- Auto-regulação da indústria de Fundos de Investimento.
- Auto regulação do programa de Certificação Continuada.

#### 2.1.5 Principais Intermediários Financeiros

##### 2.1.5.1 Banco Múltiplo

A instituição deve ter, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, a comercial ou de investimento. Esses bancos operam com diversas carteiras, sendo comercial, de investimento, de desenvolvimento, de crédito, de financiamento e de arrendamento mercantil (leasing) (ASSAF NETO, 2001).

##### 2.1.5.2 Banco Comercial

Os bancos comerciais se destacam se das demais instituições por ser a única autorizada a manter depósitos à vista de livre movimentação, em conta corrente. Também capta depósitos a prazo mediante emissão de CDB e RDB, por exemplo. (por uma nota explicativa de CDB e RDB). Banco comercial financia a curto e médio prazo (ASSAF NETO, 2001).

##### 2.1.5.3 Banco de Investimento

Os bancos de investimentos não podem captar recursos na forma de depósitos à vista em contas correntes. A captação de recursos é feita principalmente através da emissão de CDB e RDB. Banco de investimento financia a médio e longo prazo (ASSAF NETO, 2001).

### 2.1.6 Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros

- Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Principais atribuições:

- 1- Operar nas bolsas de mercadorias e de valores, por conta própria ou de terceiros.
- 2- Promover ou participar do lançamento público de ações.
- 3- Administrar e custodiar carteiras de títulos e valores mobiliários.
- 4- Administrar e organizar fundos e clubes de investimentos.
- 5- Intermediar operações de câmbio e derivativos.

- Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

As distribuidoras têm basicamente as mesmas atribuições das Sociedades Corretoras, com uma exceção de não ter acesso aos recintos das bolsas de valores e de mercadorias, onde são executadas as ordens de compra e venda.

(até 2007 existiam duas bolsas, em 2008 essas bolsas juntaram-se e surgiu a BM&FBovespa (Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo)

- Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa

Local onde são realizadas a compra e venda de ações. É uma entidade auto-reguladora que opera sob supervisão da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

- BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros

Local, onde são realizadas a compra e venda de contratos futuros como boi, ouro, soja, café cuja liquidação pode ser física ou financeira. Também são negociados contratos de taxa de juros, moedas e índice de ações.

- Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC

O objetivo desse sistema é controlar e liquidar financeiramente as operações de compra e venda de títulos públicos federais e manter sua custódia física e escritural. É o depósito central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, dentre eles as LFT, LTN, NTN-C e NTN-D.

- Central de Liquidação e Custódia de Títulos – CETIP

- Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC

Embora custodie também outros títulos, a CBLC é mais conhecida por custodiar as ações negociadas na Bovespa, sendo a única Depositária Central de Ativos para este mercado.

É também a única Contraparte Central, ou seja, quem faz a liquidação física e financeira das operações com ações.

- Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB

É o conjunto de procedimentos, regras, instrumentos e sistemas operacionais integrados, usados para transferir recursos do pagador para o recebedor e, com isso, encerrar uma obrigação. O objetivo do SPB é a redução do risco sistêmico, criando mecanismos de transferências de recursos on-line e desestimulando o uso de instrumentos sujeitos a compensação, como cheques e DOC.

## 2.2 INVESTIMENTO

Investimento constitui o aumento de capital capaz de gerar o aumento efetivo da capacidade produtiva de um país. O investimento bruto corresponde a todos os gastos originados com bens de capital (máquinas e equipamentos). Já o investimento líquido exclui despesas com reposição de peças, depreciação e manutenção e instalações, está diretamente ligado à compra de bens de capital, assim sendo, ao aumento da capacidade produtiva. O investimento líquido mede com mais precisão o desenvolvimento da economia (ASSAF NETO, 2001).

Deve-se tomar nota que o conceito de investimento refere-se à criação de riquezas e não a transferência de propriedade de um bem. Ao comprar ações em Bolsa de Valores, por exemplo, não pode ser interpretado como investimento dentro do conceito econômico, pois trata-se de transferência de valores. Apenas é considerado investimento se a compra for efetuada quando são lançadas ações no mercado primário (ASSAF NETO, 2001).

Em relação ao Brasil, os investidores, independente do potencial de rendimentos exigem opções de aplicações das mais diversas formas. As instituições financeiras buscam formatar as melhores opções de acordo com os vários perfis dos investidores (PINHEIRO, 2002).

Novas alternativas são oferecidas pelo mercado para ampliar o portfólio a disposição dos clientes investidores. O governo também faz sua parte oferecendo papéis do Tesouro Nacional, como mais uma forma de apresentar opção ao investidor (TESOURO NACIONAL, 2005).

Antes do investidor aplicar seu dinheiro o mesmo deve conhecer os tipos de fundos existentes no mercado. Tal decisão dependerá dos seus objetivos e da sua disposição para assumir riscos (BRUNI, 2005).

Quando alguém investe em fundos está confiando seus recursos financeiros a uma instituição financeira que presta o serviço de administrar o capital. Como os fundos são constituídos na forma de condomínios, todos os cotistas tem direitos e deveres iguais, independente do valor investido (BRUNI, 2005).

É importante que o investidor analise todos os fundos existentes na instituição financeira escolhida, deve ler o prospecto e ver em qual dos tipos de fundos existentes seu perfil se encaixa (GUIA DE FUNDOS, 2007).

### 2.2.1 Tipos de Investimentos no Brasil

Segundo Bruni (2005), são fundos regulados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários):

Fundos de curto prazo, tem por objetivo proporcionar a menor volatilidade possível dentre os fundos disponíveis no mercado brasileiro, ou seja, o seu risco é menor. Por exemplo, o dinheiro que precisa ser resgatado em curto prazo é aconselhável ser aplicado neste tipo de fundo, pois este dinheiro estará sujeito a riscos menores. Assim esse tipo de fundo constitui uma carteira apenas de títulos de renda fixa, emitidos pelo governo ou por empresas classificadas como baixo risco de crédito.

Para fins de tributação, são considerados fundos de investimento de curto prazo (CP) aqueles cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 375 dias. Esses estão sujeitos de imposto de renda na fonte às seguintes alíquotas:

<b>Prazo de Aplicação</b>	<b>Alíquota do IR %</b>
Até 180 dias	22,50%
De 181 a 360 dias	20%

Figura 3 - Alíquota de Imposto de Renda Regressiva para Fundos de CP  
 Fonte: Elaboração própria com base no Guia de Fundos (2007)

Fundos Referenciado, devem identificar o indicador de desempenho que sua carteira pretende acompanhar. A ideia é que o investidor, ao ver o nome do fundo, não tenha dúvida com relação à sua política de investimentos, que nesse caso é acompanhar determinado indicador, por exemplo, seguir a rentabilidade da taxa DI. Então, se o investidor deseja que a rentabilidade do fundo acompanhe a taxa DI, deverá aplicar em um fundo Referenciado DI. Ressaltando que a taxa DI é diária, ou seja, reflete imediatamente as variações dos juros que são praticados no mercado. Carteira com 95% ou mais relacionados ao benchmark sendo pelo menos 80% renda fixa, emitidos pelo governo brasileiro ou por empresas classificadas como baixo risco de crédito (BRUNI, 2005).

Segundo Mellagi Filhos (2000), fundos de Renda Fixa deve possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente à variação da taxa de juros doméstica ou de índice de inflação, ou ambos. Ou seja, o principal fator de risco desse fundo é a taxa de juros brasileira ou o índice de preços, ou os dois. Sendo assim, este tipo de fundo é voltado para o investidor que deseja investir em taxa de juros, mas deseja arriscar um pouco mais do que se aplicasse, por exemplo, em um fundo referenciado.

Conforme Assaf Neto (2001) CDBs são títulos de renda fixa que são emitidos por bancos comerciais, bancos múltiplos e bancos de investimento, que funciona como um empréstimo que o investidor faz a instituição financeira. Os recursos captados pelo CDB são repassados a outros clientes da instituição bancária sob a forma de empréstimo com uma taxa maior.

Segundo Fortuna (2001), o prazo de resgate é definido pelo banco, mas o investidor pode retirar antes sem prejudicar sua rentabilidade se respeitar o prazo mínimo de aplicação, que varia de um dia a um ano, dependendo da remuneração desejada. As taxas de rentabilidade podem ser pré-fixado, pós-fixada, flutuante. Título pré-fixados, o investidor sabe na hora da aplicação quanto vai receber de juros, Os títulos pós-fixados, tem remuneração definida apenas após o vencimento



do título. E os títulos com taxas flutuantes, estão ligados a um percentual de variação de um índice, que pode ser CDI, TR, TJLP ou inflação.

Segundo Assaf Neto (2001), o risco de aplicação em CDBs é baixo, pois está associado a solidez do banco. O investidor só perde a aplicação caso a instituição vá à falência. E ainda o CDB conta com o FGC (Fundo Garantidor de Crédito), que garante cobertura do valor até 250 mil por CPF, se a instituição for associada ao Fundo (BACEN, 2011).

Conforme Fortuna (2008), a incidência do imposto de renda para CDB varia em função do tempo de permanência no investimento, tendo como alíquota máxima de 22,5% e mínima de 15% sobre o ganho, conforme o quadro abaixo:

<b>Prazo de Aplicação</b>	<b>Alíquota do IR %</b>
Até 180 dias	22,50%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,50%
Acima de 720 dias	15%

Figura 4 - Alíquota de Imposto de Renda Regressiva para CDB

Fonte: Elaboração própria com base no Guia de Fundos (2007)

Fundo Cambial deve possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados à variação de preços de moeda estrangeira. Este fundo é voltado para quem deseja rentabilidade da variação da moeda, por exemplo, variação do dólar. O principal fator de risco desse fundo é a taxa de câmbio ou cupom cambial de moedas estrangeiras (BRUNI, 2005).

De acordo com Assaf Neto (2001), fundo de Ações deve possuir, no mínimo, 67% da carteira relacionada ao mercado de ações. Como o preço de ações costuma oscilar bastante, o risco deste tipo de fundo é maior. A aplicação neste tipo de fundo procura uma rentabilidade maior e para isso o investidor deve estar disposto a assumir um risco maior. O principal fator de risco é a variação do preço das ações.

As ações são títulos emitidos por sociedades anônimas que representam a propriedade de uma fração do capital social da companhia. Na prática, quem investe em ações é proprietário de uma parte da sociedade anônima, tornado-se acionista e participando de seus resultados. Existem dois tipos de ações:

Ação ordinária, conhecida como ON, garante o poder ao voto nas assembleias deliberativas da empresa, permitindo votar para eleger diretores, aprovar demonstrações financeiras, modificar estatutos sociais, etc.

Ação preferencial, conhecida como PN, não concede o direito ao voto mas assegura a preferência na distribuição dos lucros ou no reembolso do capital no caso da liquidação da empresa.

O “N” em ambos os casos quer dizer nominativa. O acionista preferencial deverá ter, pelo menos uma das seguintes vantagens:

- 1- Direito de receber dividendos correspondentes a, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício.
- 2- Direito a receber dividendo pelo menos 10% maior do que o atributo a cada ação ordinária.
- 3- Em caso de venda da companhia, direito de vender suas ações recebendo preço correspondente a, no mínimo, 80% do valor pago por cada ação integrante do bloco de controle. Este direito é conhecido como *tag along*.

O imposto de renda em fundos de ações é cobrado sobre o rendimento bruto do fundo quando o investidor resgatar sua aplicação.

Prazo de Aplicação	Alíquota do IR %
Independente do prazo da aplicação	15,00%

Figura 5 - Alíquota de Imposto de Renda em Fundo de Ações  
Fonte: Elaboração própria com base no Guia de Fundos (2007)

Fundo Dívida Externa deve aplicar, no mínimo, 80% de seu patrimônio em títulos da dívida externa de responsabilidade da União, sendo permitida a aplicação de até 20% do patrimônio em outros títulos de crédito transacionados no mercado internacional. A aplicação neste tipo de fundo procura uma rentabilidade maior, porque os preços dos títulos comprados por este tipo de fundo oscilam bastante, sendo assim para investir nesse tipo de fundo o investidor deve estar disposto a assumir um risco maior (MELLAGI FILHO, 2000).

Fundo Multimercado, possui políticas de investimento que envolve vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial dos demais tipos de fundo. Ou seja, este tipo de fundo pode aplicar em DI/Selic, índices de preços, taxas de juros, câmbio, dívida externa e ações. Existem vários tipos de fundos Multimercado, com maior ou menor risco. O investidor deve verificar a política de investimento do fundo Multimercado. Alguns tipos de fundo Multimercado são os mais arriscados, mas podem alcançar uma rentabilidade bem maior que os demais tipos de fundo (MELLAGI FILHO, 2000).

Também existem os fundos Previdenciários, que são fundos de investimentos destinados a recolher recursos para fins de aposentadoria, segundo Assaf Neto (2001), são ofertados vários tipos de fundos previdenciários, mas os principais e mais utilizados são: Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI).

O PGBL e o VGBL são praticamente iguais. Nos dois, apenas a contribuição é definida, ou seja, o investidor contribui com uma quantia mensal ou faz depósitos esporádicos para gerar um montante que pode ser recebido em uma única vez ou em parcelas mensais. O que difere os dois planos é a tributação do Imposto de Renda (IR). O PGBL é indicado para quem faz a declaração completa do IR, pois permite abater o valor investido da base de cálculo do Imposto de renda, até o limite máximo de 12% da renda bruta na declaração de imposto de renda da pessoa física no modelo completo, o que deve ser levado em conta na hora da aplicação. O investidor deve ter cuidado de observar que no resgate haverá incidência de imposto de renda sobre todo o valor resgatado (FORTUNA, 2001).

Já o VGBL é recomendado para quem faz declaração de Imposto de Renda pelo modelo simplificado. Segundo Assaf Neto (2001), as aplicações em VGBL não são dedutíveis no imposto de renda, porém no seu resgate, haverá incidência de IR sobre os rendimentos e não sobre o valor total como no PGBL.

O FAPI, foi criado para garantir a acumulação de recursos, sem estabelecer um período para contribuição. Sendo, assim não chega ser considerado um plano de aposentadoria. Criado em 1997, o FAPI passou a perder espaço no ano seguinte com a criação do PGBL (ASSAF NETO, 2001).

De acordo com Assaf Neto (2001), o FAPI possui várias características do PGBL, no entanto o investidor não poderá resgatar seu patrimônio em forma de benefícios, devendo o resgate ser feito em uma única vez. Outro ponto a ser observado é que o FAPI há cobrança de imposto de renda sobre o ganho de capital, que no PGBL não ocorre e a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na retirada do dinheiro.

Comparações	PGBL	VGBL	FAPÍ
Opções de Investimento	O cliente escolhe o produto que tem a carteira mais adequada com seu perfil e prazo de investimento	O cliente escolhe o produto que tem a carteira mais adequada com seu perfil e prazo de investimento	O cliente escolhe o produto que tem a carteira mais adequada com seu perfil e prazo de investimento
Garantia de Rentabilidade	Não há	Não há	Não há
Repasse de Excedentes Financeiros ao cliente	100% do rendimento obtido (descontada a taxa de administração)	100% do rendimento obtido (descontada a taxa de administração)	100% do rendimento obtido (descontada a taxa de administração)
Carência para movimentação	Mínimo de 60 dias e máximo 24 meses	Mínimo de seis meses, acritério da empresa	Mínimo de 60 dias e máximo 24 meses
Benefício Fiscal	Contribuições podem ser deduzidas do IR até o limite de 12% da renda bruta anual	Contribuições podem ser deduzidas do IR até o limite de 12% da renda bruta anual	Não há
Migração	Permitida para PGBL ou planos tradicionais da mesma empresa ou de outra	Permitida para FAPÍ do mesmo banco ou de outro	Permitida para PGBL da mesma empresa ou de outra

Figura 6 – Comparativo de Planos previdenciários  
 Fonte: Elaboração própria com base Fortuna (2008).

O Investimento em previdência privada tem como objetivo principal a complementação da renda do investidor no futuro, somando-se com a aposentadoria da previdência social obrigatória, com finalidade de manter o padrão de vida do indivíduo. A previdência privada passou a ser item praticamente obrigatório no orçamento das famílias de classe média, que atualmente limita os benefícios em 10 salários mínimos. O autor ressalta que este tipo de investimento pode ser bem recompensado, porém o investidor deve saber escolher as instituições e os administradores, observando ainda as taxas de administração cobradas (HALFELD, 2001).

E fundos Imobiliários, que são fundos de investimentos cujos recursos são destinados para empreendimentos imobiliários e possuem uma regulamentação própria (Instruções CVM 205/1994 e 206/1994 e suas modificações).

### 2.2.2 Tipos de Investidores

Para escolher um fundo é importante que o investidor defina seus objetivos, quando conhece bem sua necessidade, é mais fácil perceber que tipo de fundo é o mais adequado para cada perfil (GUIA DE FUNDOS, 2007).

Como exemplo tem-se vários tipos de investidores citados pelo Guia de Fundos:

O primeiro tipo de perfil de investidor é aquele que deseja manter uma poupança, e se preocupa mais com a liquidez para uma situação de emergência do que com rentabilidade. Assim, o mesmo deve investir seus recursos em fundos que permita resgates diários e de baixo risco. Exemplo: Fundos de Curto Prazo e Fundos Referenciado DI;

Já o segundo tipo de investidor é aquele que se preocupa com a aposentadoria, que a única coisa que interessa é manter o poder de compra, investidores com esse perfil devem buscar fundos que objetive superar a inflação no longo prazo. Exemplos: Fundos de Renda Fixa;

O terceiro tipo de investidor quer manter o poder de compra em dólar. Assim, o mesmo precisa buscar por fundos que buscam acompanhar a variação cambial. Exemplo: Fundos Cambiais;

O quarto tipo de investidor aceita investir parte do seu dinheiro correndo maior risco em troca de uma maior rentabilidade à longo prazo. Portanto, o investidor deve aplicar em fundos que tenha uma carteira diversificada de ativos ou investir em ações. Fundos: Ações e Multimercado.

Segundo dados da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos) atualmente existem quase 5.000 fundos em operações no Brasil, com políticas de investimentos distintas (GUIA DE FUNDOS, 2007).

## 2.3 RISCOS VINCULADOS AO MERCADO

Segundo Luquet (2005), risco é a possibilidade de não se obter o retorno esperado de um investimento. Os principais riscos são: liquidez, crédito e mercado. Não é possível neutralizar esses riscos mais é possível gerenciá-los, de forma a adequá-los aos objetivos de investimento e horizonte de tempo.

O primeiro tipo de risco é o risco de liquidez, que é a capacidade de transformar um ativo em recursos disponíveis novamente, a qualquer tempo, por um preço justo. O mercado é considerado líquido quando a quantidade de compradores e vendedores é semelhante, permitindo que diversas transações sejam feitas sem afetar significativamente o preço do ativo que está negociando.

O segundo tipo de risco é o risco de crédito, que é a perda pontencial que pode ocorrer devido a mudanças na qualidade de crédito ou, até mesmo, o não pagamento (default) de uma contraparte. Esse risco está presente em todos os títulos de renda fixa: CDB, RDB, LH, Debênture e Nota Promissória. Até mesmo os títulos federais apresentam esses risco potencial, embora o mercado considere muito remota a hipótese de não pagamento por parte do governo.

O terceiro tipo de risco é o risco de mercado, que são flutuações desfavoráveis no preço do título ou valor imobiliário. Flutuação do valor de mercado de um ativo ou carteira. Está presente nos investimentos: de taxa prefixada que perdem quando a taxa de juros sobe (CDB pré, Fundos com ativos de taxa prefixada, LTN), em ativos corrigidos por índice de preço (NTN-C, corrigida pelo IGP-M), em ativos corrigidos pela variação cambial (NTN-D, corrigida pelo dólar), em ações cuja flutuação de preço é mais frequente e intensa (fundos de ações ou multimercado com posição em ações). Quanto maior o prazo do título ou valor imobiliário, maior será seu risco de mercado já que o prazo amplia a flutuação, positiva ou negativa de preço. O mercado oferece fundos desde o perfil mais conservador ao mais arrojado.

## 2.4 RENTABILIDADE

No tocante a rentabilidade é um dos fatores preponderantes para o investidor, esta pode ser dividida em:

A rentabilidade observada diz respeito ao passado de um investimento. Como as variáveis de mercado estão em constantes mudanças, não se deve fazer dela, fator determinante de escolha de um investimento. É incorreto esperar que ela se repita ao longo do tempo (FORTUNA, 2001).

A rentabilidade observada é absoluta sendo expressa por uma taxa nominal de juros. Por exemplo: 16,35% no ano. O conceito de rentabilidade esperada faz com que o investidor tenha que olhar para frente e elaborar algum tipo de previsão que incorpore expectativas do que acredita irá ocorrer no futuro e adequá-las dentro seu perfil e objetivo de investimento. A rentabilidade esperada é relativa sendo expressa em relação a um benchmark. Por exemplo: 101% da taxa DI (BRUNI, 2005).

Outro ponto a ser destacado diz respeito à rentabilidade absoluta e a relativa. O conceito de rentabilidade absoluta está ligado a ganhos nominais, de pouca validade para uma correta análise de investimento. Para avaliar corretamente o retorno de um investimento é necessário apurar a rentabilidade real, ou seja, acima da inflação. Esse é, de fato, o ganho do investidor em termos de poder de compra. Já o conceito de rentabilidade relativa está associado a um benchmark. O exemplo mais comum encontrado no mercado é quando um Fundo DI divulga que sua rentabilidade foi 92% da taxa DI (BRUNI, 2005).

## 2.5 CONCEITOS BÁSICOS DE ECONOMIA

Política econômica é o conjunto de medidas adotadas pelo governo para controle da economia. As relativas a orçamento, por exemplo, afetam todas as áreas da economia e constituem políticas de tipo macroeconômico. Outras afetam exclusivamente algum setor específico, como, por exemplo, o agrícola e constituem políticas de tipo microeconômico (BRUNI, 2005).

Como embasamento para a tomada de decisão é importante levar em consideração os indicadores econômicos, pois são dados que sinalizam a evolução das diferentes variáveis econômicas de um país, e assim permite compreender a evolução da economia. Indicadores de grande relevância para o mercado financeiro são: PIB (Produto Interno Bruto), índices de inflação (IPCA e IGP-M), taxa de câmbio (PTAX), taxa Selic, taxa DI e TR (BRUNI, 2005).

### 2.5.1 Produto Interno Bruto

Segundo Blanchard (2004), o Produto Nacional Bruto (PIB) é o valor monetário dos bens e serviços finais produzidos em um país, em um determinado período. O período de tempo usado para analisar o desempenho do PIB pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual. No cálculo do PIB são contabilizados apenas os bens e serviços finais produzidos e vendidos aos consumidores, excluindo os bens e serviços intermediários, pois estes, caso fossem computados causariam a dupla contagem e, portanto, um falso resultado. Bacha (1999) relata que o PIB pode ser mensurado também pelos valores adicionados na produção. Entende-se por valor adicionado o valor acrescido aos bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo. Ele corresponde ao valor bruto da produção deduzida as despesas com os insumos utilizados no processo produtivo.

São componentes do PIB:

- Consumo (C)
- Investimento (I)
- Gastos do Governo (G)
- Exportações Líquidas (X)

Formando a equação:  $PIB = C + I + G + X$

### 2.5.2 Índices de Inflação

Segundo Bacha (1999), a inflação é a taxa média de variação dos preços de bens e serviços, em um período de tempo, em um determinado país. Os índices de preços mostram o comportamento da variação dos preços de uma cesta de bens e serviços, em resumo, isso quer dizer que ao longo do tempo, em determinados momentos o poder de compra pode aumentar, diminuir ou permanecer inalterado.

Os dois principais índices utilizados para medir a inflação, são:

- 1- IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, é o índice que mede a inflação na ponta do consumidor. É calculado pelo IBGE e reflete a variação dos produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendas de 1 a 40 salários mínimos, nas 11 principais metrópoles do Brasil. O IPCA é o índice utilizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), mais precisamente pelo



colegiado de diretores do COPOM, para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação (ANBID).

É o índice utilizado pelo COPOM do Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação.

2- IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado. É composto pela média ponderada do IPA (60%), IPC (30%) e INCC (10%). É calculado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas e sua periodicidade é do 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência. É o índice utilizado pelo mercado financeiro para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

Taxa de Câmbio – É a equivalência de uma moeda em relação à outra. A PTAX, divulgada pelo Banco Central, é a informação oficial sobre a cotação das moedas estrangeiras no Brasil.

#### 2.5.2.1 Política Monetária e COPOM

A política monetária pode ser definida como o controle de oferta de moeda e das taxas de juros de curto prazo que garanta a liquidez ideal de cada momento econômico, com o objetivo de se obter crescimento econômico com a menor taxa de inflação possível (FORTUNA, 2001).

O BACEN é o responsável pela execução desta política e tem à sua disposição diversos mecanismos de controle da liquidez, dos meios de pagamento, dos juros e do crédito.

O COPOM (Comité de Política Monetária) tem como finalidade :

- 1-Estabelecer diretrizes de política monetária.
- 3- Definir a meta da taxa SELIC e seu eventual viés.
- 4- Analisar o relatório de inflação.

#### 2.5.2.2 Sistema de Metas de Inflação

Diz respeito ao compromisso do Banco Central de priorizar a manutenção da taxa de inflação em torno de determinado nível, formalmente determinado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, tendo como seu índice balizador o IPCA.

### 2.5.3 Conceitos de finanças

Benchmark - Trata-se de referencial ou parâmetro utilizado para análise de desempenho de investimentos.

Taxa Selic Over – É também conhecida como taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), expressa na forma anual, base 252 dias úteis, é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no sistema SELIC.

Taxa Selic Meta: é a definida pelo COPOM em suas reuniões periódicas. Representa a taxa de juros que o governo considera adequada para atingir a meta de inflação definida pelo CMN.

Taxa DI - Taxa média ponderada das operações realizadas entre instituições financeiras pelo prazo de um dia, com lastro em emissão de Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, que é um título privado. Expressa na forma anual, base 252 dias úteis.

Taxa Referencial de Juros – TR

Tem como base a taxa média mensal ponderada de captação de depósitos a prazo (CDB e RDB) das 30 instituições financeiras selecionadas.

Para cada dia do mês – dia de referência, o Banco Central calcula e divulga a Taxa Básica Financeira – TBF, e para cada TBF obtida, calcula a correspondente TR, aplicando um redutor.

Taxa PTAX – É a taxa média, ponderada pelo volume, das operações de câmbio ocorridas no dia, publicada diariamente pelo Banco Central. Serve como parâmetro para indexação dos títulos, contratos e fundos de investimento atrelados à variação cambial. Essa variação cambial é medida comparando a PTAX de venda do dia da compra do título com a PTAX do dia anterior à sua liquidação.

Ibovespa – O Índice Ibovespa é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do Ibovespa retratar o comportamento das ações mais negociadas na BOVESPA. As ações integrantes da carteira teórica do Índice Bovespa respondem por mais de 80% do número de negócios e do volume financeiro. O Ibovespa é calculado com base no preço de fechamento das ações e revisado de quatro em quatro meses.

IBrX – Índice Brasil – É um índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta pelas 100 ações mais negociadas na BOVESPA, em termos de

número de negócios e volume financeiro, que tenham sido negociados pelo menos 70% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores à formação da carteira. O IBrX é calculado com base no preço de fechamento das ações e revisado de quatro em quatro meses.

Taxa Nominal – É a taxa de juros encontrada nas operações correntes, ou seja, a taxa que é visível aos participantes de uma transação.

Taxa Real – É a taxa de juros calculada a partir da taxa nominal de juros, descontando-se a variação da inflação do período.

Capitalização Simples – No regime de capitalização simples a taxa de juros incide apenas sobre o capital inicial.

Capitalização Composta – Já no regime de capitalização composta a taxa de juros incide sobre o capital inicial acrescido dos juros do período anterior.

Taxa de Juros Equivalente – Duas taxas são equivalentes quando, considerados o mesmo prazo e o mesmo capital, produzem o mesmo montante, no regime de capitalização composta de juros. Exemplo: 0,5% a.m. é equivalente a 6,17% a.a.

Taxa de Juros Proporcional – Duas taxas são proporcionais quando, considerados o mesmo prazo e o mesmo capital, produzem o mesmo montante, no regime de capitalização simples de juros. Exemplo: 0,5% a.m. é proporcional a 6% a.a.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Serão feitas pesquisas bibliográficas em publicações especializadas, e pesquisas presenciais com profissionais da área. Em complemento serão examinados os sites de algumas instituições financeiras e entidades reguladoras.

Primeiramente o processo estatístico para obtenção dos dados sobre o perfil dos clientes foi utilizado a amostragem aleatória simples. Este processo de amostragem tem como característica principal que as amostras a serem selecionadas tem a mesma probabilidade de serem escolhidas (MATOS, 2000).

No caso específico do presente trabalho a aplicação da amostragem aleatória simples foram escolhidos elementos da amostra, nesse caso clientes, um de cada vez, de tal maneira que, a cada etapa cada um dos elementos restantes da população teve a mesma probabilidade para ser escolhido. Vale lembrar que a população é finita neste caso um total de 670 clientes. Uma amostra aleatória simples de 30 clientes foi realizada para obtenção dos respectivos dados do perfil. O processo de amostra aleatória simples foi gerado no excel.

No tocante ao tamanho da amostra  $n=30$  elementos baseia-se no teorema do limite central, que tem como principal fundamento que ao selecionarmos amostras aleatórias simples de tamanho  $n$  de uma população pode-se aproximar a distribuição amostral da média para uma distribuição normal a medida que o tamanho da amostra  $n=30$  ou superior. Assim baseado nesse teorema tem-se que a média amostral das respostas do perfil dos clientes está próxima da verdadeira média populacional (MATOS, 2000).

Em relação à abrangência da pesquisa foi aplicado questionário, no qual foi entrevistado um consultor de investidores pessoas física, que atua em Curitiba-PR numa instituição financeira de grande porte. Vale destacar que esse consultor é responsável por uma carteira com mais de três mil clientes. Assim, esses clientes foram o alvo de estudo.

Os tipos de investimentos abordados pela pesquisa, foram: mercado de ações, fundo de investimento de renda fixa e variável, poupança, e previdência privada.

A presente pesquisa é do tipo descritiva, pois após a coleta dos dados serão extraídas as informações sobre o perfil dos investidores. A pesquisa descritiva tem

como principal fundamento apresentar o comportamento de um determinado grupo (BEUREN, 2006).

No tocante ao universo da pesquisa foi entrevistado o consultor responsável pela carteira de investimentos de um banco comercial privado, que informou o perfil de seus clientes e a cota de preferência por cada produto ofertado pelo banco.

Após a coleta do questionário, o mesmo foi tabulado e foi feita análise tabular e gráfica.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Os dados da pesquisa foram coletados a partir de um questionário aplicado ao consultor de investimento. O questionário foi elaborado pela pesquisadora após o estudo do referencial teórico.

Primeiramente será feito uma abordagem geral com base na amostra obtida, que apresenta os dados dos investidores coletados. O que possibilitará a analisar o perfil dos investidores da amostra.

Numa segunda etapa, após a definição do perfil dos investidores estes dados foram relacionados com as opções de investimentos descritas na questão 6 e com os fatores que influenciam a escolha do investidor.

Por fim a análise, os dados obtidos com o perfil dos investidores serão relacionados com as demais questões levantadas na pesquisa, como sexo, renda, idade, entre outras. Questões estas que refletem significativamente na escolha dos investidores.

Na questão 1, foi solicitado a idade média dos investidores, que foi dividido em cinco faixas, sendo que a faixa etária dominante foi de 41 a 50 anos de idade, representando 40% do total da amostra.

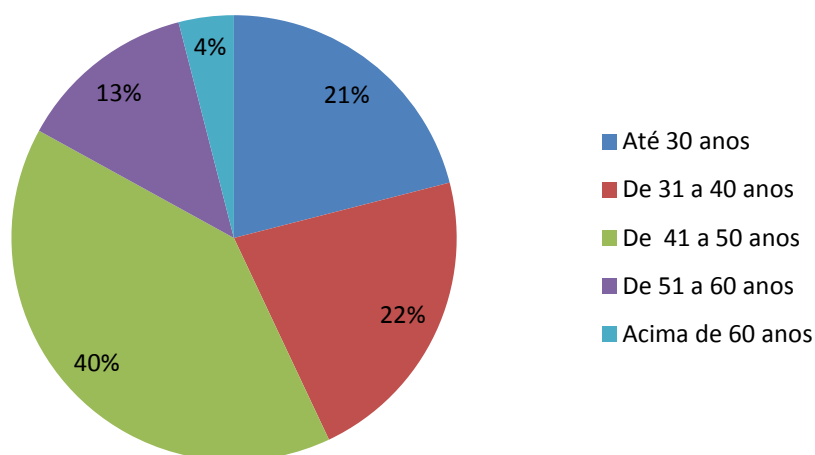


Figura 7 – Gráfico da Faixa Etária dos Investidores

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Na questão 2, foi perguntando o enquadramento dos investidores em relação ao estado civil, que teve como dominante investidores casados ou união

estável com 75%, seguido por 19% solteiros, 4% divorciado ou separado e 2% viúvo.

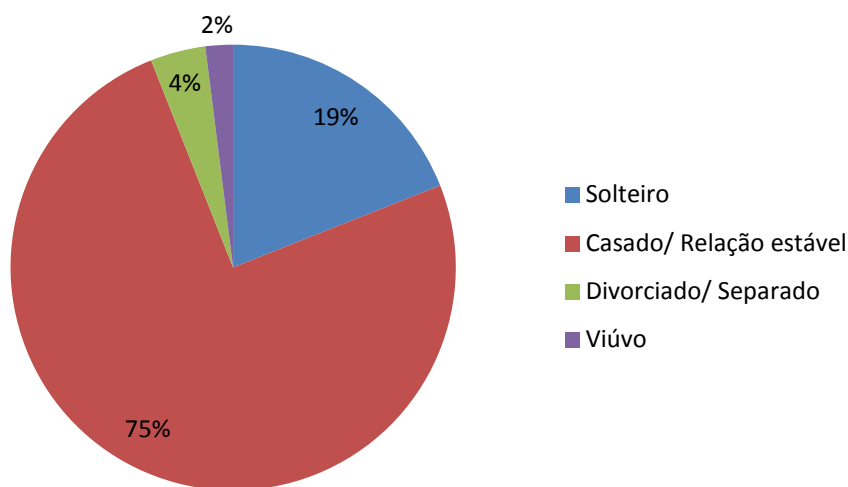


Figura 8 – Gráfico do Estado Civil dos Investidores

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Na questão 3, foi solicitado o grau de escolaridade dos investidores, subdivido em 5 categorias, tendo como resultado preponderante investidores com superior completo com 33%.

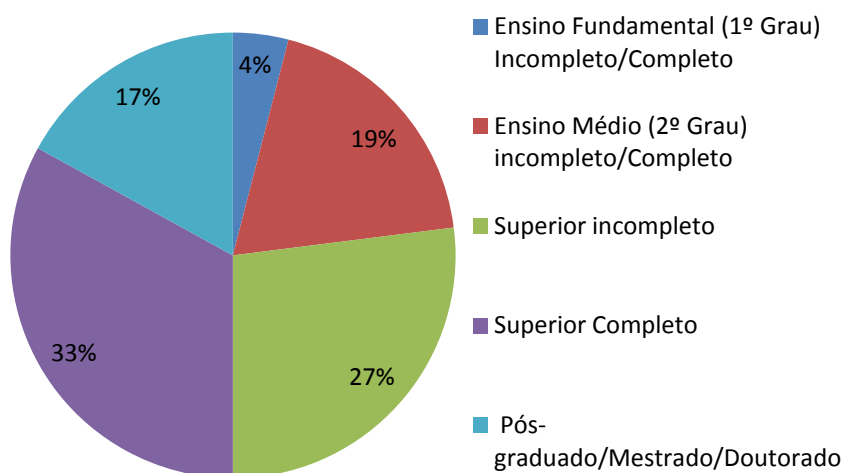


Figura 9 – Gráfico do Grau de Escolaridade dos Investidores

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Procurando saber o patrimônio dos investidores, a questão 4 demonstrou que 42% dos investidores possui patrimônio acima de 200 mil.

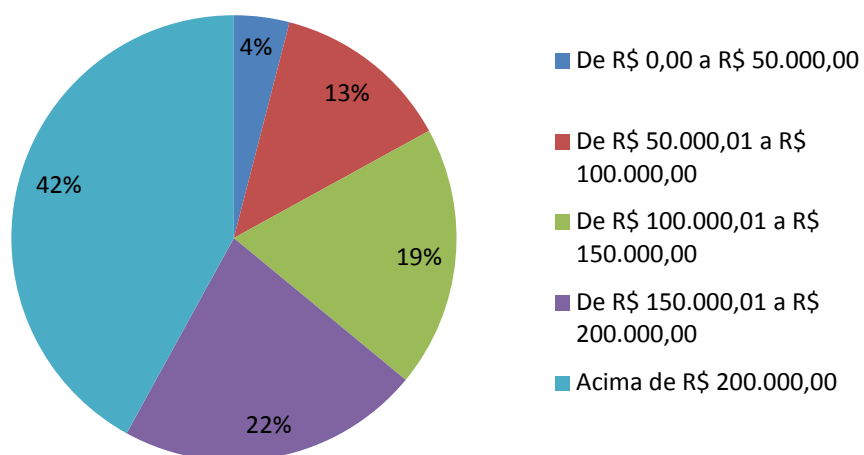


Figura 10 – Gráfico do patrimônio dos investidores

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Na questão 5, procurou-se saber a renda familiar bruta dos investidores, que teve como resultando predominante clientes com renda entre R\$7.000,01 a R\$8.000,00 correspondendo a 33%.

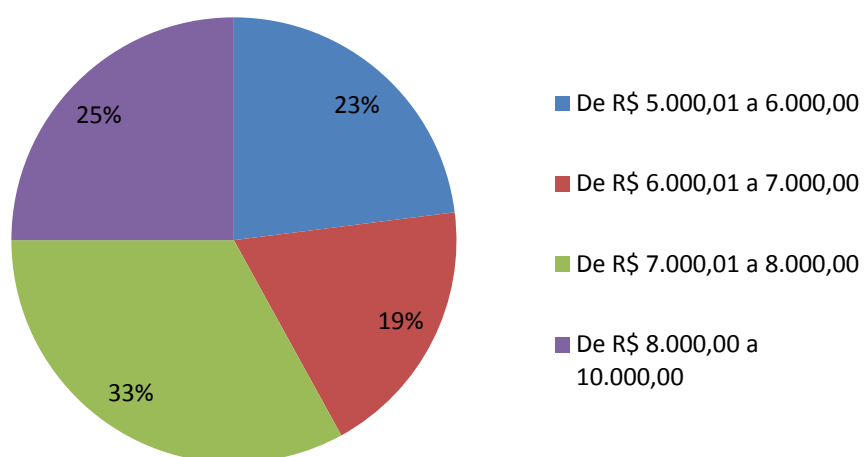


Figura 11 – Gráfico da renda dos investidores

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa



#### 4.1 RELAÇÃO ENTRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DOS INVESTIDORES E SUA FAIXA ETÁRIA

Nesta fase da análise foram avaliados os fatores pessoais, como idade, renda, estado civil, que influenciam na preferência dos investidores frente as características e particularidades de cada tipo de investimento, como prazo, risco e rentabilidade.

Ao avaliar os fatores que influenciam na escolha dos investidores de acordo com a idade:

Ao fazer a relação dos fatores que influenciam na escolha dos investidores foi constatado que o rendimento oferecido pela aplicação (27%) é o que mais influencia para investidores com até 30 anos de idade. Ficando em segundo lugar no grau de importância para esta faixa etária o conhecimento sobre o investimento escolhido (25%).

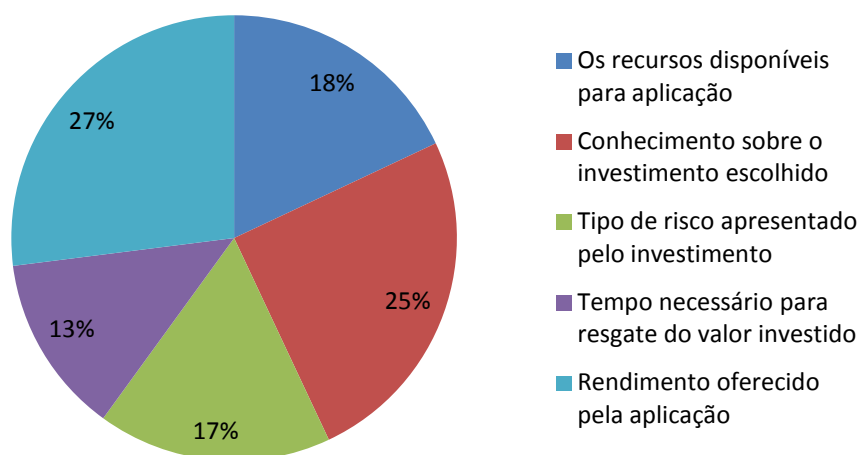


Figura 12 – Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores com até 30 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Os fatores que mais influenciam na escolha dos investidores com faixa etária de 31 a 40 anos, são rendimento oferecido pela aplicação (26%) e conhecimento sobre o investimento (22%).

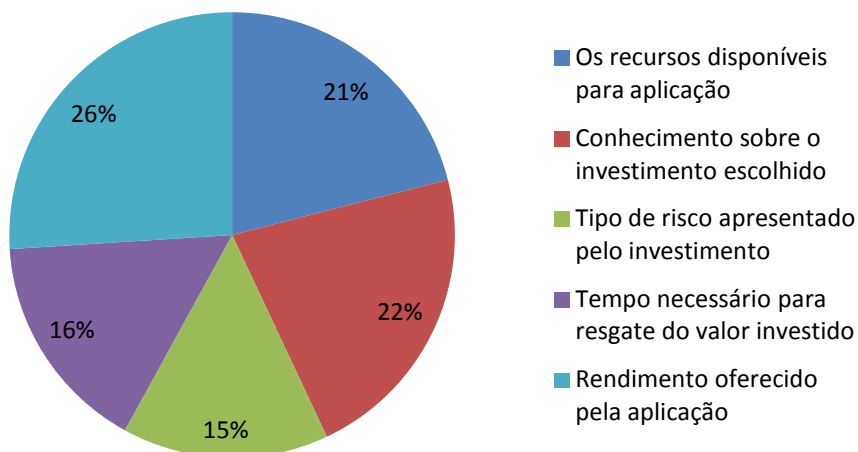


Figura 13 – Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de 31 a 40 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

O fator preponderante entre investidores com idade entre 41 e 50 anos foi os recursos disponíveis para aplicação, com 25%.

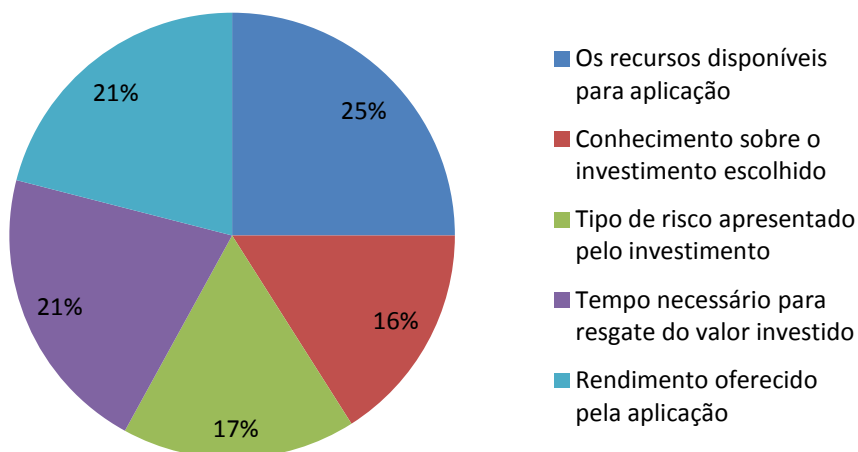


Figura 14 – Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de 41 a 50 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

O fator que mais influencia na escolha dos investidores com faixa etária de 51 a 60 anos, é o tipo de risco apresentado pelo investimento, com 29%. Ficando em segundo lugar no grau de importância para investidores desta faixa etária os recursos disponíveis para aplicação, com 19%.

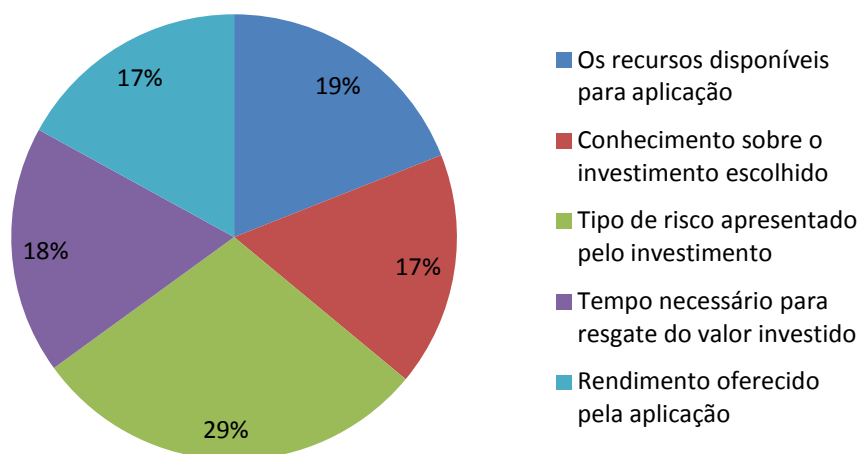


Figura 15 – Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de 51 a 60 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

O fator preponderante para investidores com idade acima de 60 anos foi o tempo necessário para resgate do investimento, com 32%. Seguido por tipo de risco apresentado pelo investimento, com 22%.

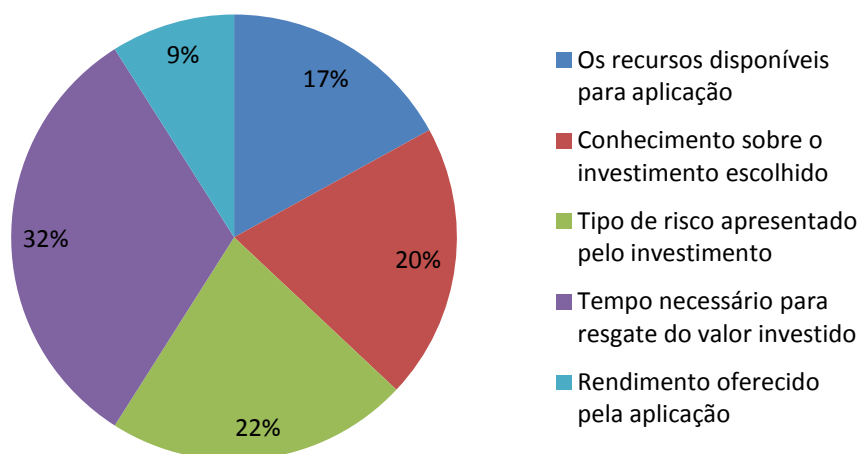


Figura 16 – Gráfico dos Fatores que Influenciam na Escolha dos investidores de acima 60 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Na relação entre os fatores que influenciam na opção dos investimentos ‘recursos disponíveis para aplicação’ e a idade dos investidores, verificou-se que investidores na faixa etária de 41 a 50 anos, se preocupam mais com esse fator que as demais faixas etárias.

### Os recursos disponíveis para aplicação

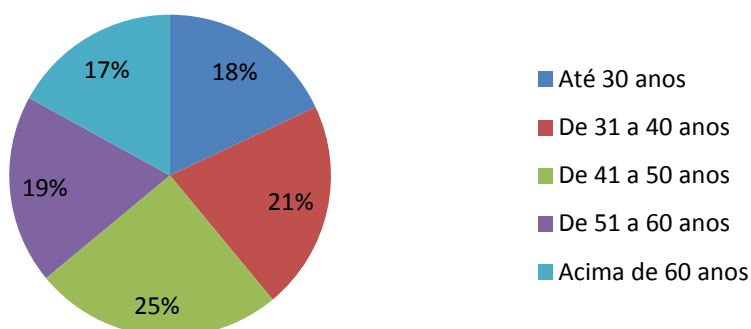


Figura 17 – Gráfico Recursos Disponíveis para Aplicação  
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Investidores com até 30 anos (25%), se preocupam mais em ter conhecimento sobre o investimento escolhido, que investidores das demais faixas etária.

### Conhecimento sobre o investimento escolhido

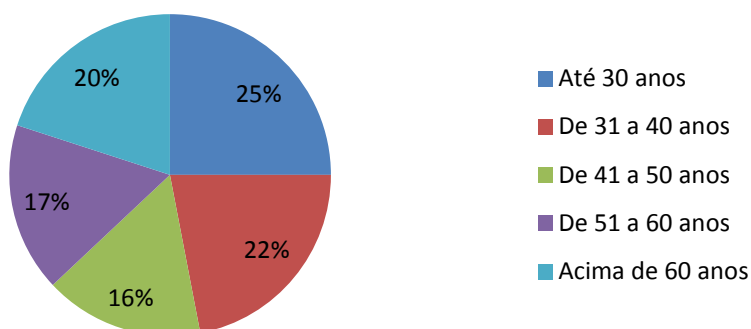


Figura 18 – Gráfico Conhecimento sobre o Investimento Escolhido

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Quando analisado a faixa etária dos investidores em relação ao tipo de risco apresentado pelo investimento, constatou se que investidores com idade de 51 a 60 anos (29%), se atentam mais a esse fator do que as demais, faixas etária.

### Tipo de risco apresentado pelo investimento

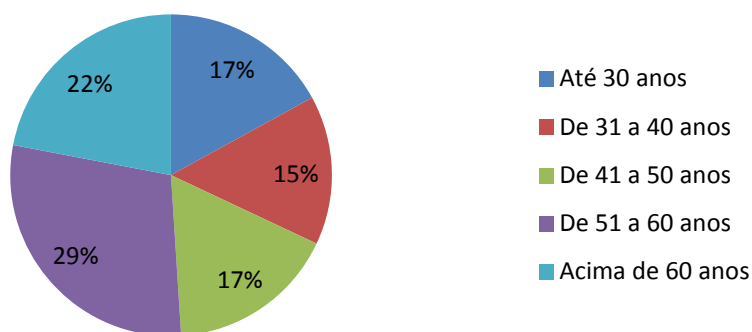


Figura 19 – Gráfico Tipo de Risco Apresentado pelo Investimento

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Ao analisar a faixa etária dos investidores em relação ao tempo necessário para resgate do valor investido, identificou se que investidores acima de 60 anos (32%), se atentam mais a esse fator que as demais, faixas etária.

### Tempo necessário para resgate do valor investido

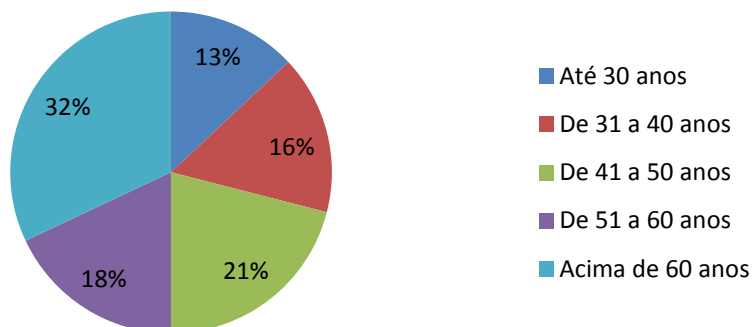


Figura 20 – Gráfico Tempo Necessário para Resgate

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Investidores com idade de até 30 anos, (27%), são mais influenciados pelo rendimento oferecido pela aplicação que as demais faixas etárias.

### Rendimento oferecido pela aplicação

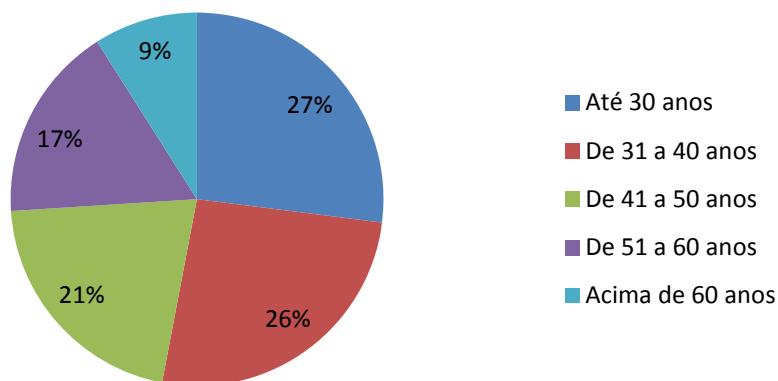


Figura 21 – Gráfico Rendimento Oferecido pela Aplicação

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

## 4.2 RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS DE INVESTIMENTOS E A IDADE DOS INVESTIDORES

Na questão 6 foi solicitado que o consultor relatasse onde os seus clientes aplicam maior número de recursos. Investidores com idade de até 30 anos preferem investimentos de renda variável (35%), que tem maiores rendimentos e em contrapartida riscos maiores.

### Até 30 anos

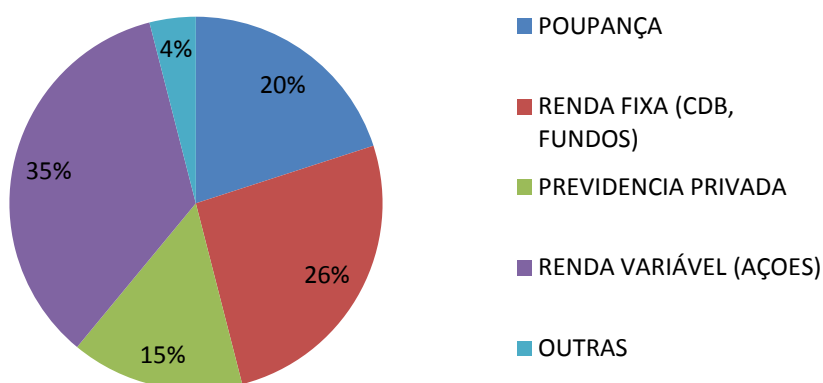


Figura 22 – Gráfico Tipos de Investimentos - até 30 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Investidores com idade entre 31 a 40 anos, também investe a maioria dos seus recursos em renda variável, representado por 31%, seguido de renda fixa com 29%.

### De 31 a 40 anos

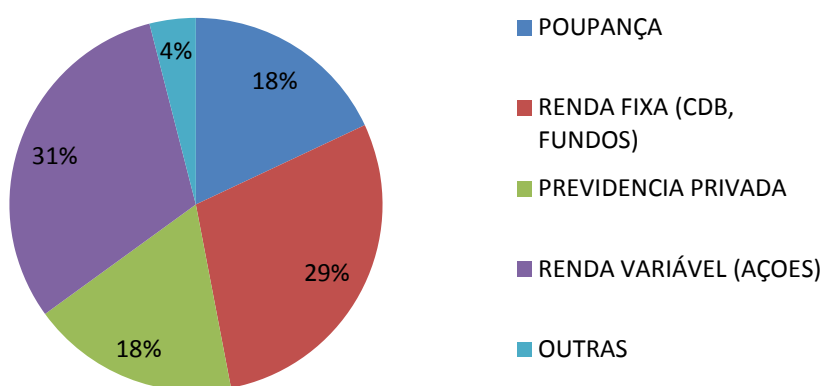


Figura 23 – Gráfico Tipos de Investimentos - de 31 a 40 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Já investidores com idade entre 41 a 50 anos, prefere aplicar 50% de seus recursos em investimentos de renda fixa.

### De 41 a 50 anos

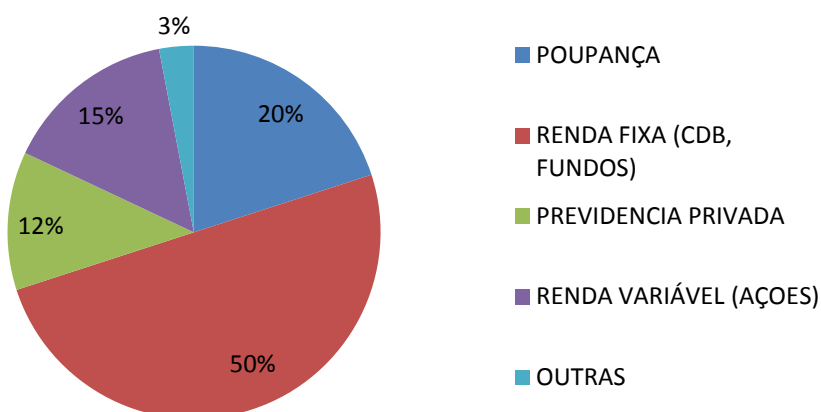


Figura 24 – Gráfico Tipos de Investimentos - de 41 a 50 anos  
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Investidores com idade entre 51 a 60 anos também opta por investimentos com menos riscos, aplicando 54% de recursos em renda fixa.

### De 51 a 60 anos

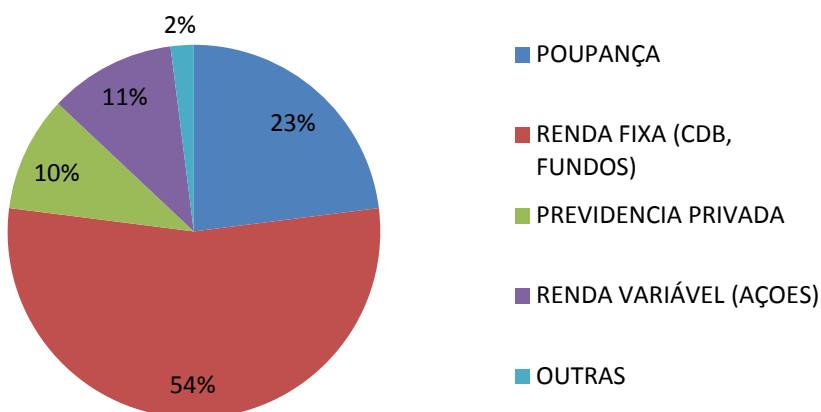


Figura 25 – Gráfico Tipos de Investimentos - de 51 a 60 anos  
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Investidores com idade acima de 60 anos também prefere investimentos menos arriscados, aplicando 60% dos seus recursos em renda fixa.



### Acima de 60 anos

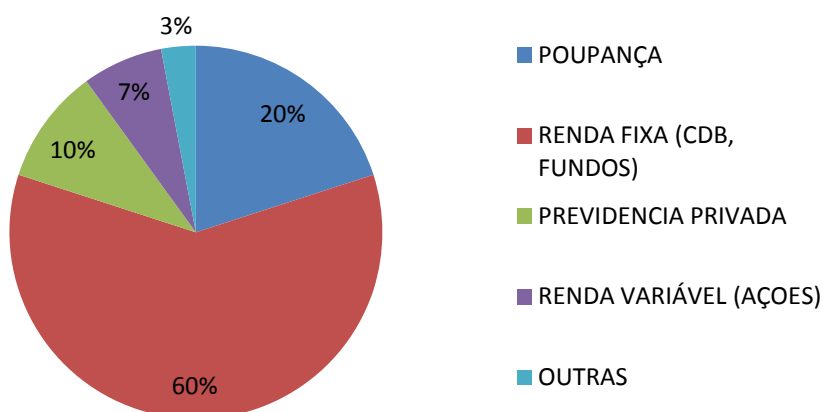


Figura 26 – Gráfico Tipos de Investimentos - acima de 60 anos  
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

### 4.3 GRAU DE CONHECIMENTO DOS INVESTIDORES SOBRE OS INVESTIMENTOS

Na questão 7 procurou-se saber o grau de conhecimento dos investidores com relação aos investimentos que fazem parte deste estudo. O consultor respondeu através de uma escala se o grau de conhecimento dos seus clientes era nenhum, pouco, razoável, bom ou muito bom. Nesta análise constata-se que somando percentualmente os grupos bom e muito bom, somente investimento em poupança ultrapassa a casa de 50%. Seguidos por CDB (44%), fundos de renda fixa (40%) e previdência privada (31%). Com relação aos investimentos com nenhum ou pouco conhecimento pode-se destacar fundos de renda variável e ações, com 91% e 82%, respectivamente, demonstrando que os investidores podem não estar investindo nestes produtos por não conhecerem os mesmos.

(continua)

1 – Nenhum 2 – Pouco 3 – Razoável 4 – Bom 5 – Muito Bom					
INVESTIMENTO	GRAU DE CONHECIMENTO				
	1	2	3	4	5
CDB	17	21	18	25	19
Fundos de Renda Fixa	23	19	18	23	17
Fundos de Renda Variável	45	37	11	5	2

	(conclusão)				
Ações	53	38	7	1	1
Poupança	0	9	27	33	31
Previdência Privada	21	30	18	25	6

Figura 27 – Grau de Conhecimento dos Investidores

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

#### 4.4 RELAÇÃO ENTRE A FAIXA ETÁRIA DO INVESTIDOR E OS OBJETIVOS FINANCEIROS NA VIDA PESSOAL

Na questão 9 foi avaliado quais os objetivos seria mais importante na vida pessoal dos investidores de acordo sua faixa etária. Para investidores com idade de até 30 anos o objetivo com maior representatividade foi o de aumentar o patrimônio financeiro no longo prazo.

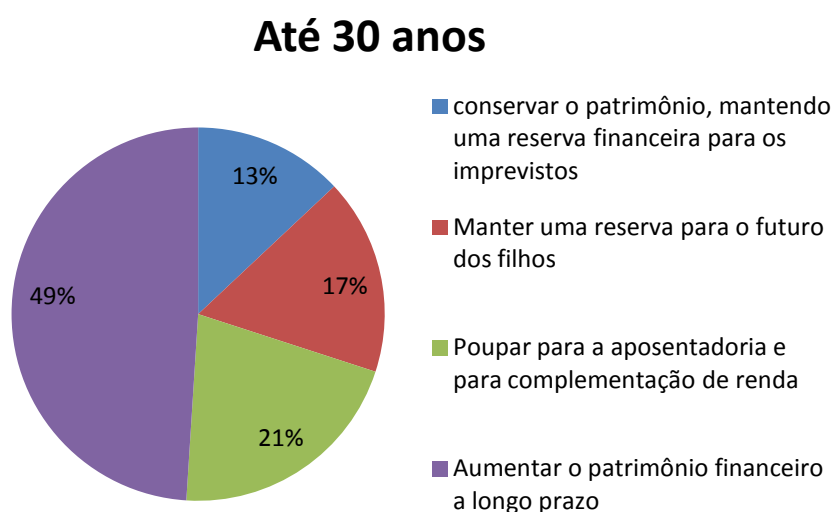


Figura 28 – Gráfico Objetivos Financeiros –até 30 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Já investidores com idade entre 31 a 40 anos tem como principal objetivo manter uma reserva para o futuro dos filhos com 31%, seguido por aumentar o patrimônio (28%).

### De 31 a 40 anos

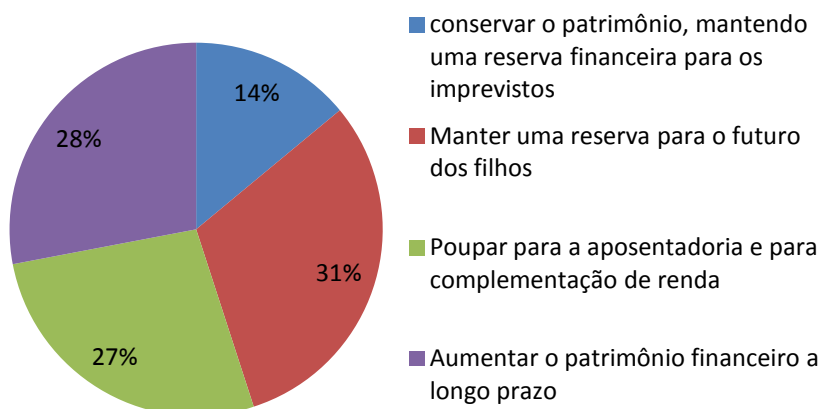


Figura 29 – Gráfico Objetivos Financeiros – de 31 a 40 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Para investidores na faixa etária entre 41 a 50 anos o objetivo principal é conservar o patrimônio (34%), mantendo uma reserva financeira para os imprevistos.

### De 41 a 50 anos

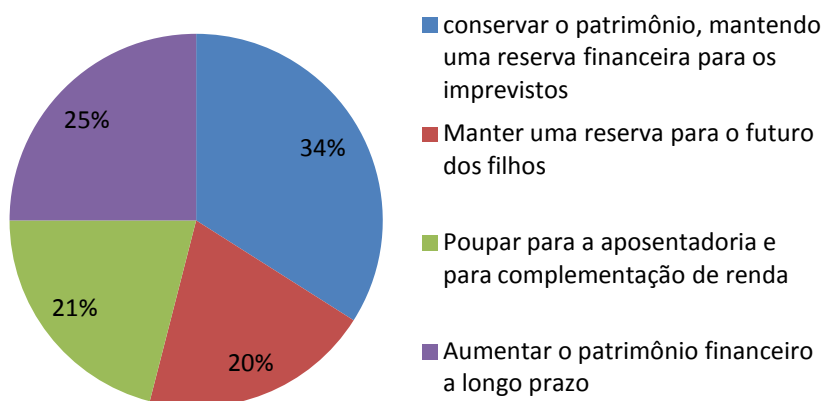


Figura 30 – Gráfico Objetivos Financeiros – de 41 a 50 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Para investidores com idade entre 51 a 60 anos o objetivo principal também é conservar o patrimônio com 54%.

### De 51 a 60 anos

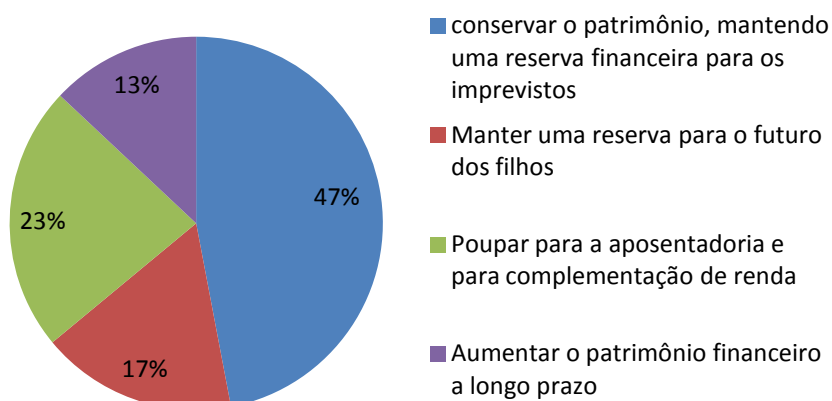


Figura 31 – Gráfico Objetivos Financeiros – de 51 a 60 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

Com 51% o principal objetivo dos investidores com mais de 60 anos também foi conservar o patrimônio e manter uma reserva financeira para imprevistos.

### Acima de 60 anos

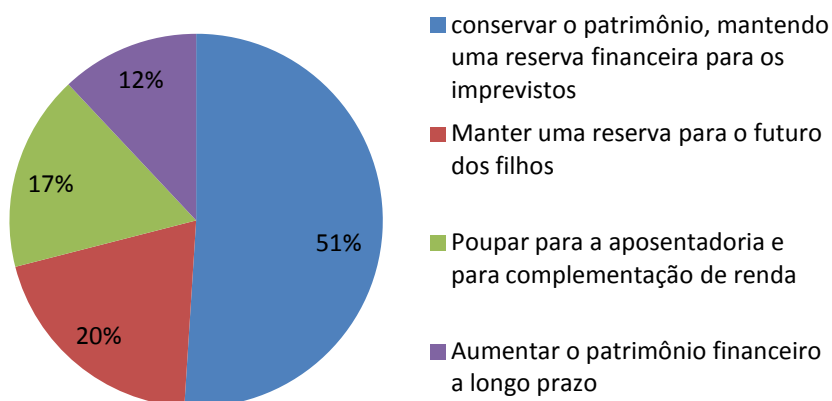


Figura 32 – Gráfico Objetivos Financeiros – acima de 60 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa

## 5 CONCLUSÕES

O Brasil nos últimos anos vive um cenário benigno com inflação baixa e crescimento econômico. Nesse sentido os investidores privados procuram no sistema financeiro potencializar seus investimentos.

Diante desse cenário favorável com inflação baixa e risco menor, o investidor privado tem um leque de investimentos oferecidos pelo sistema financeiro. Deve-se registrar que com inflação baixa a rentabilidade dos investimentos oferecidos pelo sistema financeiro são muito próximas. Nesse sentido o presente trabalho teve como escopo levantar o perfil dos investidores frente aos produtos encontrados no mercado financeiro.

No tocante aos resultados verificou-se que em relação a faixa etária, dos investidores analisados 40% tem idade de 41 a 50 anos. Já em relação ao estado civil, verificou-se que 75% são casados ou em união estável. No que diz respeito a escolaridade a maioria tem superior completo, representado por 33%. O patrimônio da maioria, (42%) dos investidores com renda de R\$ 5.000/mês a R\$ 10.000/ mês é de acima de R\$ 200.000. A renda da maior parte, (33%) dos investidores é de R\$ 7.001,00/ mês a R\$8.000/ mês.

Com relação aos fatores que influenciam na escolha dos investidores foi constatado que o rendimento oferecido pela aplicação (27%) é o que mais influencia na decisão dos investidores com até 30 anos. Investidores com idade entre 31 a 40 anos, também teve como fator preponderante na escolha dos seus investimentos o rendimento ofertado pela aplicação (26%). Investidores com idade entre 41 e 50 anos apresenta como principal fator na escolha do investimento os recursos disponíveis para aplicação (25%). O fator que mais influencia na escolha dos investidores com faixa etária de 51 a 60 anos, é o tipo de risco apresentado pelo investimento, com 29%. Já o fator principal na escolha do investimento para investidores com idade acima de 60 anos foi o tempo necessário para resgate, com 32%.

Na relação entre os fatores que influenciam na opção dos investimentos 'recursos disponíveis para aplicação' e a idade dos investidores, verificou-se que investidores na faixa etária de 41 a 50 anos, se preocupam mais com esse fator que as demais faixas etárias. Investidores com até 30 anos (25%), se preocupam mais em ter conhecimento sobre o investimento escolhido, que investidores das demais,

faixas etária. Ao analisar a faixa etária dos investidores em relação ao tipo de risco apresentado pelo investimento, averiguou-se que investidores com idade de 51 a 60 anos (29%), se atentam mais a esse fator do que as demais, faixas etária. Analisando a faixa etária dos investidores em relação ao tempo necessário para resgate do valor investido, identificou-se que investidores acima de 60 anos (32%), se atentam mais a esse fator que as demais, faixas etária. Investidores com idade de até 30 anos, (27%), são mais influenciados pelo rendimento oferecido pela aplicação que as demais, faixas etária.

Quanto antes começa-se a investir, maior o retorno, mas investir não significa investir sempre na mesma aplicação. O objetivo com 20 anos com certeza não será o mesmo aos 50 anos. Sendo assim, a idade do investidor é um fator crucial na escolha do investimento, os objetivos dos investidores mudam com o passar dos anos e assim também suas carteiras precisam ser moldadas. Foi constatado que investidores com idade de até 30 anos preferem investimentos de renda variável (35%), com rendimentos, prazos e riscos maiores. Investidores com essa idade estão começando a construir sua carreira e preferem aplicar em investimentos com risco maior, já que tem muitos anos para recuperar numa possível perda. Investidores com idade entre 31 a 40 anos, também investem a maioria dos seus recursos em renda variável, representado por 31%. Já os investidores com idade entre 41 a 50 anos, preferem aplicar 50% de seus recursos em investimentos de renda fixa. A estabilidade financeira e bens materiais já fazem parte dessa faixa etária que procura conquistar versões melhores das que já possuem, mas com mais cautela. O rendimento em renda variável continua presente mas numa porcentagem menor do portfólio (15%). Investidores com idades entre 51 a 60 anos e acima de 60 anos também optam por investimentos com menos riscos, aplicando respectivamente 54% e 60% de seus recursos em renda fixa. Considerando que por volta dessa idade já estão pensando na tão sonhada aposentadoria, arriscar está fora de questão. Sendo assim, preferem investimentos mais conservadores.

Buscando saber o grau de conhecimento dos investidores em relação aos investimentos, constatou-se que somando percentualmente os grupos bom e muito bom, somente investimento em poupança ultrapassa a casa de 50%. Com relação aos investimentos com nenhum ou pouco conhecimento pode-se destacar fundos de renda variável e ações, com 91% e 82%, respectivamente.

Ao avaliar os objetivos que seriam mais importantes na vida pessoal dos investidores, verificou-se que investidores com idade de até 30 anos o objetivo principal é aumentar o patrimônio financeiro no longo prazo. Investidores com idade entre 31 a 40 anos, tem como principal objetivo manter uma reserva para o futuro dos filhos com 31%. Já investidores nas faixas etária entre 41 a 50 anos, 51 a 60 anos e acima de 60 anos tem como objetivo principal conservar o patrimônio, respectivamente com 34%, 47% e 51%.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia: conceito, mensuração e evolução dos agregados econômicos brasileiros**. Piracicaba: USP, 1999.

BANCO CENTRAL. **Relatório de Inclusão Financeira**. 2011. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2011.pdf>> Acesso em 09/10.2012.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BRUNI, A. L. **Mercados Financeiros: para certificação profissional ANBID 10 (CPA-10)**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Como Investir. **Guia de Fundos (nota técnica)**. 2007. Disponível em <<http://www.comoinvestir.com.br>> acesso em 10 de abril de 2013.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 14. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

HALFELD, Mauro. Investimentos: Como Administrar Melhor o seu Dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001

LIMA, I.S. GALARDI, NEUBAUER, I. **Fundamentos dos Investimentos Financeiros: manual para certificação profissional ANBID – Série 10 (CPA 10)**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUQUET, M. Rocco. N. **Guia Valor Econômico de Investimentos em Ações**. São Paulo: Globo, 2005.

MATOS, O.C. **Econometria Básica: Teoria e Aplicações**. 3º ed. São Paulo, Atlas, 2000.



MELLAGI FILHO, Armando, ISHIKAWA, Sérgio. Mercado Financeiro e de Capitais. São Paulo: Atlas, 2000.

PINHEIRO, J.L. **Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PUGA, Rodrigo. Formação de Investidores – **Supere a Poupança e Invista em Ações no Home Broker**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, C. A. T. PEREIRA, V.A.S. **Fatos Relevantes e sua Influência no Preço Das Ações no Brasil**. 2008. Disponível em <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/575.pdf>> Acessado em 09/10/2012. In: Congresso USP.

TESOURO NACIONAL; CBLIC. **Manual do investidor do tesouro direto**. 2005. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro\\_direto/download/manual\\_investidor.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro_direto/download/manual_investidor.pdf)> acesso em 15/10/2012.

**ANEXO**

## **ANEXO A. QUESTIONÁRIO APLICADO AO CONSULTOR DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO AO PERFIL DOS INVESTIDORES**

1 – Qual a idade média dos investidores?

- ☐ Até 30 anos
- ☐ De 31 a 40 anos
- ☐ De 41 a 50 anos
- ☐ De 51 a 60 anos
- ☐ Acima de 60 anos

2 – Qual o estado civil?

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado/Relação estável
- ☐ Divorciado/Separado
- ☐ Viúvo

3 – Grau de escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto/Completo
- ☐ Ensino Médio (2º Grau) incompleto/Completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo
- ☐ Pós-graduado/Mestrado/Doutorado

4 – Qual o patrimônio familiar?

- ☐ De R\$ 0,00 a R\$ 50.000,00
- ☐ De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00
- ☐ De R\$ 100.000,01 a R\$ 150.000,00
- ☐ De R\$ 150.000,01 a R\$ 200.000,00
- ☐ Acima de R\$ 200.000,00

5 – Qual a renda familiar bruta dos seus clientes?

- ☐ De R\$ 5.000,01 a 6.000,00
- ☐ De R\$ 6.000,01 a 7.000,00
- ☐ De R\$ 7.000,01 a 8.000,00

( ) De R\$ 8.000,00 a 10.000,00

6 – Quais investimentos seus clientes tem aplicado o maior volume de recursos.

( ) Poupança

( ) Aplicação Financeira Bancária de renda fixa (CDB, Fundos e outros)

( ) Previdência Privada

( ) Aplicação em Ações (renda variável)

( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_

7 – Em relação aos tipos de investimentos, identifique o grau de conhecimento utilizando a seguinte classificação:

1 – Nenhum 2 – Pouco 3 – Razoável 4 – Bom 5 – Muito Bom

INVESTIMENTO	GRAU DE CONHECIMENTO				
	1	2	3	4	5
CDB					
Fundos de Renda Fixa					
Fundos de Renda Variável					
Ações					
Poupança					
Previdência Privada					

8 - Ao fazer um investimento, quais motivos dos relacionados a seguir teve maior influência na escolha de seus investidores?

( ) O conhecimento sobre o investimento escolhido

( ) O tipo de risco apresentado pelo investimento

( ) O tempo necessário para o resgate do valor investido

( ) O rendimento oferecido pela aplicação

( ) Os recursos disponíveis para a aplicação

( ) O objetivo do investimento

9 - Dentre os objetivos financeiros relacionados a seguir, assinale aquele que os investidores entendem ser o mais importante na sua vida pessoal?

- ☐ ( ) conservar o patrimônio, mantendo uma reserva financeira para os imprevistos
- ☐ ( ) manter uma reserva para o futuro dos filhos
- ☐ ( ) poupar para a aposentadoria e para complementação de renda
- ☐ ( ) aumentar o patrimônio financeiro a longo prazo